



DIREITO PENAL



Estratégia
OAB

SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

DIREITO PENAL

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Deolanio Barboza, conhecido youtuber, foi processado criminalmente pelos crimes dos arts. 35 da Lei 11.343/2006 e 1º da Lei 9.613/98 e, ao final, condenado definitivamente a uma pena de 8 anos de reclusão no regime semiaberto. Pela falta de vagas no estabelecimento específico, iniciou o cumprimento de sua pena no regime fechado. 30 dias após o início do cumprimento da pena em regime fechado, conseguiu autorização judicial para, no regime semiaberto, cursar a Faculdade de Letras da Comarca, no período da manhã, e trabalhar com reparos de buracos das vias municipais, no período da tarde, sempre em dias úteis. Em seguida, às 17 horas, recebeu a determinação de regressar ao estabelecimento prisional para jantar e dormir. Após exatos três anos de trabalho e estudo, a família de Deolanio procura você, em seu escritório de advocacia, em busca da obtenção dos devidos benefícios prisionais de execução penal ao condenado e recebe a informação de que teria direito à remição da pena. Ocorre que o condenado não contou ao seu novo advogado que desde o início do cumprimento de sua pena, ele se recusou a se submeter ao exame de coleta de DNA para fins de cadastro, nos termos do art. 9º-A e recebeu uma falta grave, nos termos do art. 50, VIII, da LEP. No procedimento administrativo para apuração da falta disciplinar, o diretor do Presídio negou ao condenado o direito de ser assistido por seu advogado contratado, alegando que não há ampla defesa em procedimentos de cunho meramente administrativo e que a presença do causídico apenas tumultuaria o andamento dos trabalhos de apuração. Ao final do procedimento disciplinar, a defesa requer ao Juízo da Vara das Execuções Penais da Comarca de Piraputanga-MS a anulação desse procedimento e, na mesma peça, pleiteia a remição da pena pelo trabalho e pelo estudo ao seu cliente. O magistrado, diante do requerimento da defesa, proferiu três decisões:

- 1) negou o pedido de anulação do procedimento administrativo para apuração de falta disciplinar alegando que na fase administrativa a defesa não seria ampla e seria facultativa;
- 2) reconheceu a ocorrência de falta grave e determinou a perda de todos os dias remidos pelo trabalho, devido à gravidade da falta cometida, seguindo parecer ministerial; e
- 3) negou a remição da pena pelo estudo, por entender que não há como remir a pena pelo estudo em regime semiaberto, apenas em regime fechado, sendo o pedido da defesa juridicamente impossível.

Indignado com as decisões proferidas, Deolanio foi intimado da decisão em 11 de setembro de 2024 (quarta-feira).

Com base somente nas informações de que dispõe, redija, na qualidade de advogado do condenado, com data para o último dia do prazo legal, o recurso cabível, diferente de embargos de declaração e *habeas corpus*.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

Antônio foi denunciado e condenado pela prática do crime previsto no art. 259 do Código Penal. O juiz ao sentenciar o acusado, fixou a pena-base no mínimo legal e, por não ter circunstâncias agravantes e atenuantes, tampouco causas de aumento ou diminuição, a pena final foi de dois anos de reclusão, em regime inicial aberto. A pena privativa de liberdade foi substituída por restritivas de direitos. Irresignado, o Ministério Público recorreu alegando que a pena base deveria ser fixada acima do mínimo legal, tendo em vista que Antônio tem maus antecedentes, pois foi condenado pela prática de do crime disposto no art. 155, §6º do Código Penal, ainda pendente de recurso. A defesa foi intimada para se manifestar sobre a peça ministerial em 05 de fevereiro de 2024 (segunda-feira).

Considerando a situação hipotética, responda:

A) Qual peça processual a ser apresentada pela defesa de Antônio? Qual o último dia do prazo?

B) Qual a tese de direito material poderá ser arguida em favor de Antonio?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

No dia 18 de agosto de 2022, Benedita retorna ao Brasil após fazer um cruzeiro nas Bahamas. Na área de desembarque, na esteira para retirar as bagagens, ela pega a sua mala e vai para casa. Estando exausta da viagem, sequer desfaz a mala e cai no sono. No final da tarde, 12 horas depois de sua chegada, é surpreendida com a chegada da Polícia Federal em sua residência, para prendê-la por furto de bagagem de terceiro. Qual não foi a sua surpresa ao abrir a mala e ver que os itens ali dentro não lhe pertenciam. Na verdade, a bagagem era de titularidade da esposa do Delegado Federal Rubens, que lhe dá voz de prisão em flagrante. Chegando na sede da Polícia Federal de Guarulhos, valendo-se do seu direito de dar um telefonema, Benedita telefona para você querendo contratar os seus serviços para ajudá-la naquela situação. Sabendo que a mala de Benedita e da esposa do delegado eram idênticas, responda fundamentadamente:

A) Qual é a medida processual a ser apresentada pela defesa da suspeita no tocante à obtenção de sua imediata liberdade? Fundamente.

B) Qual a tese de direito material afastaria o elemento subjetivo do tipo? Fundamente.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

No dia do seu casamento, Pablo foi abandonado por Leila no altar. Ficou horas parado esperando a noiva que nunca apareceu. Todos muito preocupados, descobrem por mensagem de vídeo que ela desistiu de casar pois gostava de outro homem. Humilhado e com muita raiva, Pablo vai até a casa da noiva tirar satisfações e a encontra com outro homem na cama que era do casal. Querendo unicamente matá-la, efetua um único disparo em sua direção, mas o projétil atinge seu pescoço de raspão, causando lesão corporal leve, e acaba por matar Diego que estava embaixo de Leila. Com base somente nas informações que dispõe o enunciado, responda de forma fundamentada:

A) Qual a tipificação legal da conduta praticada por Pablo em face de Diego? Fundamente e justifique a sua resposta.

B) Poder-se-ia falar em concurso de crimes no presente caso concreto? Se sim, qual? Fundamente e justifique sua resposta.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

Márcia, influencer, passa o dia todo pensando em diferentes formas de ganhar mais visualizações e comentários em sua rede social para vender contratos de publicidade. Após calorosa discussão em uma reunião de condomínio com a adolescente Shirley, de 13 anos, Márcia termina a discussão dizendo – “por que você não se mata, queridinha?” No dia seguinte, todos são surpreendidos no grupo de WhatsApp do prédio com a triste notícia de que a adolescente acabou tirando a própria vida naquela madrugada ao pular do sétimo andar e deixar uma carta dizendo: “segui o conselho da Márcia e tirei a minha vida”. Márcia, então, posta a notícia do suicídio em sua rede social conseguindo 700 mil novos seguidores. Por força das testemunhas que presenciara a indução ao suicídio, Márcia acaba sendo denunciada e processada pelo 3º Tribunal do Júri da Comarca de São José do Rio Preto-SP. Ao término da instrução na 1ª fase do rito do júri, Márcia é pronunciada pelo juiz pelo crime de homicídio majorado (arts. 121, § 4º c.c. 122, § 7º, do Código Penal), mesmo estando o magistrado em dúvida quanto à autoria, valendo-se do princípio do “in dubio pro societate”. Atento ao caso narrado acima e com base somente nos dados que a questão dispõe, responda fundamentadamente:

A) Poderia a defesa de Márcia pedir a desclassificação para que a sua cliente responda apenas pelo crime do art. 122 do CP? Fundamente e justifique a sua resposta.

B) Qual a tese de direito processual poderá ser utilizada no RESE (art. 581, IV do CPP) para melhorar a situação da ré? Fundamente e justifique a sua resposta.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

